

## **Futuras pedagogas e mães: perspectivas sobre a inclusão da criança com altas habilidades/superdotação e a criança com TEA**

Michelle Dalprá Flores<sup>1</sup>  
Josiane Silva Farinazzi<sup>1</sup>  
Ingrid Ertel Stürmer Ingrassia<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta escrita é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de duas alunas do Curso de Pedagogia da UNICNEC Osório. Ambas trazem sua escrita motivadas pelo fato de serem mães de alunos público da educação especial: uma é mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outra de uma criança com Altas Habilidades/Superdotação. Sendo assim, as alunas conduzem a pensar sobre a inclusão escolar, principalmente na educação infantil, a partir de suas perspectivas dialogando com teóricos que abordam os temas propostos por elas.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Educação Especial. Transtorno do Espectro Autista. Altas habilidades/ superdotação. Educação infantil.

**Abstract:** *This writing is the result of the Course Completion Work (TCC) of two students from the Pedagogy Course at UNICNEC Osório. Both bring their writing motivated by the fact that they are mothers of public special education students: one is the mother of a child with Autism Spectrum Disorder (ASD) and the other of a child with High Abilities/Giftedness. Therefore, the students lead people to think about school inclusion, especially in early childhood education, from their perspectives by dialoging with theorists who address the themes they propose.*

**Keywords:** *Inclusive education. Special Education. Autism Spectrum Disorder. High abilities/giftedness. Early childhood education.*

### **Introdução**

Atualmente, se faz necessário olharmos para o público da educação especial a partir de diferentes perspectivas. Neste sentido, essa escrita aborda a

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia do UNICNEC Osório.

<sup>2</sup> Professora Mestra orientadora do Trabalho de Conclusão no curso de Pedagogia do UNICNEC Osório.

perspectiva de duas alunas do Curso de Pedagogia que realizaram suas inserções na temática da educação inclusiva na educação infantil a partir de suas experiências pessoais como mães e como futuras professoras.

Michelle aborda o tema das Altas Habilidades/ Superdotação, pois é o um público que vem crescendo, mas é o menos contemplado no ambiente escolar. Seu interesse pelo tema iniciou quando descobriu que seu filho é uma criança com altas habilidades, então passou a fazer parte do seu cotidiano.

Utilizou os autores Pinto-Maia e Fleith (2002), Braz e Rangni (2021), Antipoff e Campos (2010). Em sua explanação, Michelle apresenta a superdotação, relata as experiências que teve em sua vida como mãe e como auxiliar de educação infantil com um menino autista e superdotado. Além disso, traz uma breve visão do que se trata e de que maneira podemos trabalhar para não desprezar a diferença daquela criança e nem a ignorar porque tem uma habilidade acima da média.

Já a aluna Josiane, aborda que nos últimos anos têm sido percebido o aumento do número de crianças que são matriculadas nas escolas de educação infantil e com o diagnóstico de TEA de níveis de suporte diferentes. Devido às especificidades comportamentais desses indivíduos despertou seu interesse nessa temática para saber como a equipe da instituição escolar realiza a inclusão dessa criança.

A estudante aborda a inclusão e seus desafios, com base em Montoan (2003), Silvestre (2018) e legislações como a Lei nº 13.146/2015 e Lei nº 9.394/96 apresentando alguns dos direitos que as crianças autistas possuem no ambiente escolar para que sejam inseridas e respeitadas suas limitações. Esta escrita está dividida trazendo, primeiramente, o relato da estudante Michelle e, na sequência, o relato de Josiane.

### **Relato de Michelle**

Segundo a *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), consideram-se alunos com altas habilidades/ superdotação aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma

das seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realizações de tarefas em áreas do seu interesse (BRASIL, 2008).

O atual cenário nacional nos mostra que as crianças com altas habilidades/uperdotação não são inseridas adequadamente no ambiente escolar, nos levando a pensar quais seriam os impedimentos para que essa inserção não seja feita de forma disfuncional (NOGUEIRA et al, 2021).

Ao nos depararmos com uma criança diferente do modo que estamos acostumados a lidar nos vemos em uma situação estreita. Quando produzimos o planejamento direcionado a idades específicas, como por exemplo em um berçário de 0 a 2 anos e meio, elaboramos conforme a idade da turma, mas quando surge uma criança que está além dessas capacidades, como lidamos com ela?

Normalmente o que ocorre, é que esta criança será limitada ao planejamento da professora ou cobrança de andamento da turma inteira, quem pouco aprendeu será mais cobrado e quem muito sabe, menosprezado. Relatos de pesquisas mostram que professores despreparados podem vir a excluir estes alunos e rejeitá-los em sala de aula por não terem:

uma preparação pedagógica para desafiar essas crianças e propor modificações necessárias no currículo. Eles sugerem, ainda, que os professores devem consultar outros profissionais de forma colaborativa e buscar conhecimentos adicionais para o seu trabalho de magistério com crianças superdotadas. Webstby (1997), examinando a percepção de professores sobre o aluno criativo, concluiu que o conceito de criatividade apresentado pelos professores difere daquele de criatividade sugerido por especialistas e pesquisadores. Segundo Webstby, esse fato levou os pesquisadores a concluírem que os professores têm excluído ou rejeitado alunos criativos, uma vez que desconhecem as características pessoais associadas à criatividade e que não há um processo sistematizado de identificação dessa clientela. Da mesma forma, Chan e Chan (1999) argumentam que crianças com comportamento criativo podem se tornar indesejáveis em sala de aula, dependendo de como o professor julga esses comportamentos. (PINTO-MAIA e FLEITH, 2002. p. 78-90)

É comum que este tipo de situação ocorra nas escolas, pois não é sempre que uma criança com altas habilidades é matriculada em uma turma e, por vezes, o profissional não identifica as habilidades.

Este público necessita estímulos a mais que crianças comuns, por exemplo, elas precisam ser desafiadas a fazer além do que já sabem. Assim, ter uma carta na manga é sempre necessário, uma atividade a mais, com grau de dificuldade maior e atividades do seu interesse, para que sejam estimuladas constantemente a avançar, favorecendo o seu desenvolvimento.

Essa curiosidade e apreço pelo tema escolhido foi por conta de ser mãe de um menino com altas habilidades de 5 anos de idade. Aos 3 anos ele já lia e começou a escrever suas primeiras palavras, aos 4 anos resolvia cálculos matemáticos de adição e subtração até um milhão e hoje em dia ele consegue resolver cálculos de divisão e multiplicação. Infelizmente, a escola que ele estudava não recebeu bem esta habilidade. Ele ingressou na educação infantil aos 3 anos de idade lendo e escrevendo algumas coisas, mas para a escola ele foi um grande problema, pois não conseguiam lidar com ele e nem com os seus interesses, não souberam conduzir e a ida para escola se tornou frustrante para ele, que acabou sofrendo muito por isso.

Pelo fato de não haver atividades e desafios a mais, a inquietação e desejo de não frequentar a escola surgiram e, em meio a tantas dificuldades, fomos direcionados a um psicólogo que instruiu a incentivar e investir cada vez mais na aprendizagem dele.

No contexto escolar, o ideal seria realizar o enriquecimento curricular que possibilita a flexibilização do currículo para suplementar, ampliar e aprofundar os conteúdos. Braz e Rangni (2021) afirmam que a proposta de enriquecimento para alunos com altas habilidades/superdotação “ainda é uma temática pouco discutida no meio acadêmico, o que possivelmente se reflete nas poucas ações na realidade da educação básica brasileira” (p.806-807).

No ano de 2017 trabalhei em uma escola de educação infantil, fui selecionada para ser, exclusivamente, auxiliar de um menino autista. Na época ele tinha 3

anos de idade, não falava nenhuma palavra, sua alimentação era extremamente limitada, e sua rotina precisava seguir todos os dias o mesmo padrão, se não ele se irritava muito. No entanto, a sua inteligência era algo incomum em que eu nunca havia presenciado, ele montava quebra-cabeças para faixa etária de 8 anos, separava brinquedos por cores, reconhecia os números por ordem apontando com os dedos um a um. Foi neste período que decidi que gostaria de me aprofundar na área da educação especial e neste mesmo tempo eu gestava o meu filho.

Discutir sobre as altas habilidades/superdotação na educação infantil é um tema relevante, pois envolve o início da escolarização de crianças com potencial superior. [...] Ademais, apesar das discordâncias teóricas que envolvem precocidade e altas habilidades/superdotação, na prática, a escola deve estar preparada para atender às necessidades que abrangem o desenvolvimento de talentos em qualquer idade. Sendo assim, professores da educação especial e da sala regular carecem de exemplos de experiências bem-sucedidas para nortear o trabalho pedagógico. (BRAZ e RANGNI, 2021, p. 802-820.)

Os autores acima aprofundam o conhecimento e descomplicam a questão de uma criança diferente em sala de aula, dando opções de ensino, maneiras e métodos de como nortear essa criança que também necessita de ajuda para lidar com essa habilidade.

A primeira infância é uma parte extremamente importante no desenvolvimento das crianças, elas necessitam de apoio, tanto a criança que apresenta dificuldades, quanto a que se sai bem em qualquer atividade oferecida. Nossos estudos sobre pessoas com altas habilidades/superdotação ainda são rasos, precisamos nos apropriar mais.

É fundamental para o processo de escolarização, socialização e aprendizagem um estímulo desafiador para que consiga resolver problemas, gerar soluções, pensar, criar estratégias. Na maioria dos casos alguém com altas habilidades mostra-se agitado, frequentemente, pois não é suprido o que necessita. A mente de uma criança trabalha rapidamente, então, a mente de um superdotado trabalha muito mais, raciocinando o tempo todo. Isto leva a

uma agitação que o impede de ficar sentado por muito tempo ou grande tempo fazendo uma mesma tarefa.

Muitas vezes estes alunos acabam agindo de forma pouco convencional ou adaptativa, que se agrava pela frequente manifestação de perfeccionismo, ansiedade, nível de autocrítica elevado e sensibilidade aguçada podendo, ainda, desenvolver autoconceito negativo, insegurança, frustração e dificuldade de interação social. (NOGUEIRA et al, 2021).

Algo que acontece com frequência é achar que pessoas superdotadas, são boas em todas as áreas e avançadas em tudo, mas isso não é uma verdade. Antipoff e Campos (2010), falam sobre alguns mitos sobre as pessoas com altas habilidades e um deles é:

Mito 1 – A pessoa com altas habilidades destaca se em todas as áreas do currículo escolar. A ideia implícita nesse mito, segundo Winner (1998), é a de que a criança que foi identificada como superdotada possui uma capacidade intelectual geral que faz com que essa criança seja brilhante e se destaque em todas as áreas. O argumento que contraria esse mito, amplamente citado na literatura encontrada, é o de que a superdotação numa determinada área, como a matemática, por exemplo, não implica necessariamente numa superdotação em outras áreas como o português e as ciências. Mas, muito pelo contrário, é até comum encontrar superdotados numa determinada área que apresentam dificuldades e até distúrbios de aprendizagem em outras. Alencar (2001) afirma que é comum haver uma discrepância entre o potencial de um indivíduo (aquilo que ele é capaz de realizar e aprender) com o seu desempenho real (aquilo que ele vai realmente demonstrar que conhece). (ANTIPOFF e CAMPOS, 2010, p. 301-309)

Não é uma regra que uma pessoa superdotada tenha habilidade em todas as áreas, por exemplo, meu filho andou com 1 ano e 2 meses e falou somente após os 2 anos de idade, teve dificuldade para andar de bicicleta e desfraldar, o que seria algo simples para outras crianças para ele foi dificultoso. Mas, por outro lado, tem habilidades com leitura e cálculos completando livros matemáticos do sexto ano.

Cada criança sendo ela superdotada ou não, terá suas dificuldades e facilidades, seus caminhos de aprendizagem diferentes dos outros e isto precisa ser percebido por nós professores para que nosso planejamento

esteja de acordo com suas necessidades, trazendo atividades de seu interesse, para que cada aluno evolua com suas particularidades.

### **Relato de Josiane**

No decorrer da graduação, meu filho recebeu o laudo de autismo e, com isso, meu interesse pela área de educação especial aumentou. Por este motivo, tenho ampliado meus conhecimentos sobre os direitos das crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na instituição escolar, sobre a formação continuada dos professores, adaptação curricular e recursos pedagógicos. Portanto, aqui apresento alguns dos aprendizados sobre a temática.

Para que os alunos com TEA sejam inseridos na sala de aula da Educação Infantil, são necessárias algumas adaptações para que ocorra a inclusão dessas crianças. Com base na *Lei nº13.146/2015*, no artigo 3, podemos encontrar seis tipos de barreiras que devem ser enfrentadas para que haja a inclusão de crianças com esse transtorno e/ou outras deficiências: Barreiras – urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, atitudinais e tecnológicas.

Na inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil abordo, especialmente, as barreiras atitudinais que, de acordo com a Lei acima, artigo 3, alínea e, descreve: “e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015, p. 1- 2).

Para que essa barreira não ocorra no cotidiano da instituição, toda a equipe da escola (gestão, professores, funcionários e cuidadores) deve estar envolvida, juntamente com a família. Esses profissionais podem proporcionar situações de ensino e aprendizagem, bem-estar, envolvimento, comunicação, laços de amizade, segurança, entre outras.

Os responsáveis pela gestão, juntamente com os professores e cuidadores, podem solicitar a presença de um ou mais membros da família na escola para conversarem sobre a criança, falar sobre sua rotina, hábitos, alimentação,

medicação, terapias, entre outras. Essas informações podem ajudar a escola na adaptação da criança, em algumas situações a mesma pode não se sentir confortável em cumprir o horário escolar na qual foi matriculada (integral ou parcial).

O atendimento pela professora de educação especial, na sala de atendimento educacional especializado (AEE), é um direito da criança enquanto aluno e que pode ajudá-lo na sua adaptação no ambiente escolar, assim como, desenvolver suas habilidades, por meio de atividades pedagógicas diferenciadas. Segundo a *Lei nº 9394/96* no Título III, Art. 4º:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996, p.2)

Ao se tratar de atendimento educacional especializado podemos entender que são atendimentos no contraturno do horário que o aluno estuda, tendo em vista identificar as dificuldades de aprendizagem para saná-la ou reduzi-la. Visa desenvolver e aprimorar suas habilidades através de recursos pedagógicos que possibilitem a aprendizagem de uma forma diferenciada da sala de aula comum, mas que desenvolva sua autonomia dentro do ambiente escolar e em sua vida de maneira geral, trabalhando seu potencial e respeitando suas especificidades.

O trabalho realizado pela professora do AEE deve acontecer de maneira colaborativa com a professora da sala comum, assim como, as orientações a respeito de adaptação curricular, conteúdos, recursos pedagógicos e relatórios de desenvolvimento do aluno. Caso a família e/ou a instituição escolar considerar necessário uma pessoa (cuidador ou professor auxiliar especializado) para acompanhar a criança, poderá ser solicitado ao Ministério Público ou a Prefeitura local de acordo com o *Decreto nº8.368/2014* art. 4º alínea 2º:

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno

de espectro autista ou com deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº12.764 de 2012. (BRASIL, 2014, p.1)

Na política citada acima, a pessoa com autismo terá direito a um acompanhante especializado, porém, não descreve qual o tipo de especialização, sendo assim, podemos considerar como acompanhante especializado o indivíduo graduando ou graduado em Pedagogia, pois o mesmo está adquirindo ou já adquiriu uma formação inicial para lidar com crianças que estudam na Educação Infantil e Ensino Fundamental com ou sem deficiência e/ou transtornos.

Na sala de aula a professora pode realizar atividades de socialização com a turma, ajudá-lo a desenvolver sua independência e/ou cada dia colocar um colega para acompanhá-lo na realização de suas atividades pedagógicas ou corriqueiras. Além disso, pode realizar atividades trabalhando o socioemocional das crianças, possibilitando a interação não só com a própria turma, mas também, com outras turmas, pais e comunidade. Segundo Silvestre (2018, p. 22):

A educação com a perspectiva inclusiva entende a singularidade do aluno e utiliza de uma didática adequada, tanto no trato com as famílias, que muitas vezes tem dificuldade de entender a deficiência, como nas propostas pedagógicas que visam os alunos com e sem deficiência.

A inovação de situações de ensino e aprendizagem em relação à inclusão, adaptações de atividades, socialização, aceitação, diferenças e bullying podem gerar no docente dúvidas, incertezas, entre outros sentimentos. Porém, são esses sentimentos que podem os impulsionar a pesquisar e modificar suas estratégias de ensino, criar situações de aprendizagem que envolva toda a classe e equipe escolar. De acordo com Montoan (2023, p.29):

(...) é cercado de incertezas e inseguranças, da mesma forma que também desperta a liberdade e ousadia para novas alternativas e novas formas de interpretação e conhecimento que sustente e norteie o profissional na busca pela mudança.

Ao ter um aluno com autismo na sala de aula, em um primeiro momento, podemos pensar na necessidade de adaptações pedagógicas, arquitetônicas,

alimentares, comunicativas etc. Porém, nem sempre isso é necessário dependendo do nível do transtorno da criança, mas independentemente disso, os profissionais da educação devem focar no desenvolvimento e interação dos alunos de maneira global.

Alguns professores se acham despreparados para lecionar em uma sala de aula que tenha aluno com espectro autista matriculado, pois em sua formação inicial não obtiveram conhecimento suficiente que lhe desse suporte para lidar com as atitudes comportamentais desse sujeito, realizar as adaptações curriculares e em algumas situações se sentem inibidas em dar aula sendo acompanhada por cuidadoras. Com base em Rodrigues e Esteves (1999, p.41) “[...] a formação não se esgota na formação inicial devendo prosseguir ao longo da carreira, de forma coerente e integrada, respondendo as necessidades de formação sentidas pelo próprio e as do sistema.”

A citação acima descreve um dos motivos para realizar a formação continuada, ela pode auxiliar a criar estratégias para lidar com o aluno com TEA, desenvolver a afetividade, realizar atividades sensoriais, utilizar recursos visuais, criar situações de interação, observar quais são os estímulos que desencadeiam crises e quais as maneiras que as crianças utilizam para se autorregular.

As barreiras atitudinais não devem fazer parte do cotidiano dos alunos com autismo, a equipe escolar deve trabalhar de maneira colaborativa entre si, familiares, alunos e comunidades para que todos possam conhecer as habilidades e limitações desses alunos.

Com essas atitudes pode ser que seja evitado o bullying, a discriminação e desenvolver atitudes de empatia, amizade, respeito e amor com os alunos com transtorno de espectro autista.

### **Considerações Finais**

Michele aponta que lidar com alguém que possui altas habilidades/superdotação pode ser desafiador, gerar medo e confusão, mas haverá sempre desafios constantes quando se trata de ensino, precisamos aprender

a lidar com as adversidades, buscar conhecimentos para auxiliar esta criança da melhor maneira de aprendizado para ela.

Pouco é falado sobre esta área da educação especial, falamos das dificuldades, dos distúrbios, mas e as altas habilidades? Este público está presente em nossas escolas e, também, precisa de acompanhamento pois, como vimos, não serão em todas as áreas que terão facilidade, há áreas simples que poderão apresentar dificuldades, além de problemas socioemocionais que podem vir a desenvolver.

Josiane conclui sua explanação afirmando que existem diversas políticas públicas que garantem o direito de crianças com o espectro autista na instituição escolar. Os autores pesquisados escrevem sobre a importância da formação continuada dos professores, da adaptação curricular, socialização, inclusão, a importância da parceria da escola com a família da criança autista, entre outras questões. No entanto, cada criança com TEA apresenta suas especificidades comportamentais e cabe, principalmente, ao professor possibilitar a inclusão desse aluno no ambiente escolar com suas percepções, afetividade e estratégias que irão desenvolver as habilidades desses alunos. Às vezes, os familiares da criança com autismo apresentam dificuldade em lidar com o comportamento desse indivíduo, a falta de informação sobre o transtorno pode causar insegurança, por esse motivo, o acolhimento das famílias desses alunos na escola proporciona um trabalho em parceria, orientação e troca de experiências.

### Referências bibliográficas

ANTIPOFF, Cecília Andrade; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Superdotação e seus mitos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 2, Julho/Dezembro de 2010: 301-309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cFcPTS7QRGqk9mKZsW5tWVz/?format=pdf&lang%20=pt> . Acesso em: 31 jun. 2024

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº8.368/2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

\_\_\_\_\_. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério de Educação e Cultura Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRAZ, Paula Paulino; RANGNI, Rosemeire de Araújo. Enriquecimento para um aluno com altas habilidades/superdotação na educação infantil. **Rev. Bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 102, n. 262, p. 802-820, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/JdVfMxMvZpVt9q4ZxnLyFvN/?format=pdf&lang%20=pt> . Acesso em: 22 jun. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. RODRIGUES, A; ESTEVES, M. A análise e necessidade na formação de professores. Portugal: Porto, 1999.

NOGUEIRA, Iasmim Faria et al. Altas habilidades/superdotação e ambiente escolar: Uma revisão de literatura. **Rev. psicopedag.**, vol.38, no.117. São Paulo set./dez., 2021 Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862021000300010](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862021000300010) Acesso em jul. 2024.

PINTO-MAIA, Renata Rodrigues; FLEITH, Denise De Souza. Percepção de Professores sobre Alunos Superdotados. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC Campinas, v. 19, n. 1, p. 78-90, janeiro/abril 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/gNKtHbCpCVYPRzBtZrK4HHJ/?format=pdf&lang%20g=pt> . Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVESTRE, C. A. S. C. Roda rítmica e transtorno do espectro autista: movimento, música e poesia no desenvolvimento do aluno com deficiência. **Ensaio sobre Educação**, São Paulo (SP), v. 4, 1 ed., p. 20-26, 2018.